

Sayad e Gros na reunião do BID

por Guilherme Barros
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, viajam para Miami no próximo dia 20, para participar da assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesta reunião será definido o programa de empréstimos do organismo para os próximos quatro anos (de 1987 a 1990). O Brasil defenderá no encontro a proposta de receber US\$ 1 bilhão de financiamentos anuais do BID, o que representará um crescimento substancial de empréstimos recebidos pelo País no último quadriênio — em torno de US\$ 300 milhões a US\$ 350 milhões por ano.

Na reunião do BID, que contará com a presença dos principais bancos privados norte-americanos e do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, Sayad possivelmente aproveitará a oportunidade para fazer um pronunciamento sobre a situação política e econômica atual do Brasil, e a decisão do País de suspender o pagamento de juros de sua dívida externa. No ano passado, nessa mesma época, também na assembleia anual do BID, o ministro Sayad fez um discurso otimista enaltecendo as vantagens do Plano Cruzado.

Essa assembleia anual do BID, dos dias 20 a 25, se realiza a cada quatro anos, quando se decide sobre o programa de empréstimos do banco para o próximo quadriênio. O Brasil, atra-

vés do assessor para Assuntos Externos da Secretaria do Planejamento (Seplan), embaixador Luiz Felipe Lampréia, vem trabalhando suas propostas desde janeiro do ano passado. Dos sessenta países membros do BID, o Brasil só encontra resistências dos Estados Unidos, acompanhado do Canadá. Mesmo assim, as divergências entre os dois países se resumem praticamente a dois pontos da proposta brasileira.

O primeiro ponto de divergência entre os Estados Unidos e o Brasil se refere ao montante de empréstimos do BID para os próximos quatro anos. O Brasil quer que o programa de financiamento do banco totalize US\$ 25 bilhões, enquanto a projeção dos Estados Unidos para o orçamento do banco, baseado na sua proposta orçamentária enviada ao Congresso de doações para o BID, chega a US\$ 20 bilhões, que somados aos US\$ 3 bilhões que sobraram do programa de empréstimos do último quadriênio, eleva o orçamento do BID para US\$ 23 bilhões. A diferença de US\$ 2 bilhões torna-se importante, porque se o orçamento do BID for fixado em US\$ 23 bilhões, o Brasil terá direito a um volume de empréstimos inferior ao US\$ 1 bilhão pretendido. No último quadriênio, o orçamento do BID para empréstimos foi de US\$ 13 bi.

Outro ponto de divergência diz respeito à mudança no poder de decisão do BID. Atualmente, para um programa ser vetado no BID é necessário que seja

rejeitado por maioria simples (50% mais um). Ocorre que os países latino-americanos detêm 52% dos votos enquanto os Estados Unidos e o Canadá, 38,5% — o restante são dos países extra-regionais (europeus e o Japão).

Na mudança do poder de decisão, os Estados Unidos defendem que o percentual caia para 35%, que, dessa forma, seus votos e do Canadá teriam poder decisório. Já o Brasil propõe que os programas, só não sejam aprovados se tiverem 40% dos votos negativos, o que dependeria não só dos Estados Unidos e do Canadá, mas também de um país extra-regional.

Nos outros pontos da proposta defendida pelo Brasil existe consenso entre os países. Entre eles, destacam-se a extinção dos tetos de empréstimos para os países (no quadriênio passado, dos US\$ 13 bilhões do orçamento para financiamentos do BID, foi fixado para o Brasil, Argentina, Venezuela e o México, US\$ 4 bilhões); a redução exigível para desembolso dos países-membros do

banco e a liberação rápida para empréstimos setoriais.

O embaixador Lampréia afirma, no entanto, que poderá haver discordância em um outro ponto da proposta brasileira referente à elevação do percentual de participação dos programas do BID. Atualmente, o BID participa com 30% dos investimentos totais dos programas apresentados pelos países, enquanto o Brasil quer que essa margem se amplie para 50%, equivalente à participação do Banco Mundial.

Lampréia informa, ainda, que para o Brasil ter direito ao US\$ 1 bilhão de empréstimos que pretende obter anualmente a partir deste ano, já tem diversos programas apresentados ao banco representando US\$ 1,5 bilhão. Ele disse que, desse total, US\$ 1 bilhão está sendo negociado, enquanto US\$ 500 milhões estão de reserva. Os programas de empréstimos pedidos pelo Brasil são para as áreas de agricultura, saneamento básico, educação, energia elétrica e bolsas de estudo no exterior.